



Índice

- 01** Comissão aprova política para valorizar produtos e serviços da floresta
- 02** Em RR, índios bloqueiam trecho da BR-174 em protesto contra PEC 215
- 03** MPF quer a retomada e conclusão da obra da Escola Indígena Sapé-Ty-Kó
- 04** Homens armados são detidos pelos Kaiowá e Guarani em área do tekoha Tey'i Juçu
- 05** Alunos de Aldeia Guarani de Angra dos Reis concluem ensino fundamental
- 06** Ribeirinhos do AM iniciam produção de alimentos agroecológicos em RDS
- 07** Aracruz Celulose intensifica ofensiva contra terras quilombolas
- 08** Oficina de comercialização capacita quilombolas
- 09** Mesa estadual aponta avanços na regularização de territórios quilombolas em Goiás
- 10** Liberdade para os indígenas presos por protestarem contra a inconstitucional PEC 215 !!
- 11** Funai e Cimi pedem soltura dos cinco indígenas detidos após protesto
- 12** MPF/CE ajuíza ação para garantir direitos do povo indígena Tabajara e Kalabaça
- 13** Começa nesta quinta-feira o 14º Vestibular Indígena do Paraná
- 14** UEMS tem 1º egresso indígena selecionado para o doutorado
- 15** Ditadura matou ao menos 8,3 mil indígenas; na democracia, PEC 215 ameaça demarcação de terras
- 16** Índio Paiter Suruí é o primeiro a se graduar em Direito, em Rondônia



- 17** Organizações acabam de pedir à Câmara abertura de processo disciplinar contra Serraglio
- 18** Organizações indígenas, indigenistas, camponesas e religiosas do MS divulgam carta contra a PEC 215
- 19** Direitos Indígenas: Territórios e Comunicação
- 20** Cancelada votação da PEC 215
- 21** Povos tradicionais e governo debatem ações para 2015
- 22** Empresa vai pagar R\$ 10 milhões por danos ambientais no Rio Araguari
- 23** Carta de apoio dos povos da Terra Indígena Manoá- Pium contra a PEC 215
- 24** Índios Guajajaras permanecem ocupando BR-316 em Bom Jardim
- 25** ALUNOS INDÍGENAS E NÃO-INDÍGENAS REFLORESTAM A BACIA ARAGUAIA-TOCANTINS EM ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PROJETO INTERAGIR
- 26** Com o grito de guerra “Fora PEC 215”, povos indígenas de Roraima continuam em manifestação na Terra Indígena São Marcos
- 27** Funai continua negando o reconhecimento étnico do povo Guarasugwe
- 28** Tupinambá – O Retorno da Terra



01 Comissão aprova política para valorizar produtos e serviços da floresta
SÍTIO CENÁRIO MT, 17.12.2014

Agência Câmara de Notícias

Divulgação

O Projeto de Lei (PL 6729/13) que cria uma política para valorizar produtos e serviços feitos na floresta foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A Política Nacional de Estímulo à Agregação de Valor e Consolidação de Mercado dos Produtos e Serviços da Floresta – como será denominada a lei se aprovada – visa estimular o uso sustentável de recursos naturais e incentivar a diversificação industrial.



Márcio Macêdo: é importante ter um mercado que possa dar valoração aos produtos que são extraídos da floresta, porém mantendo a floresta de pé.

O texto, de autoria do deputado Sérgio Brito (PSD-BA), prevê a criação de instrumentos como incentivos fiscais, financeiros e de crédito de assistência técnica durante o ciclo produtivo.

Segundo o projeto, a política terá princípios como a proteção dos ecossistemas, da água, do solo da biodiversidade e dos valores culturais e sociais relacionados à produção desse tipo de mercadoria e vai fomentar o uso sustentável de recursos naturais.

O relator do projeto na comissão, deputado Márcio Macêdo (PT-SE), acredita que o País tem amadurecido nesta questão. Ele diz que a proposta vai se somar às políticas atuais de agricultura orgânica e familiar e a outros projetos em discussão, como o projeto (PL 7735/14) que aguarda votação em Plenário e que muda as regras de exploração do patrimônio genético. "É importante que a floresta seja incorporada às vidas das pessoas para ser defendida. É importante ter um mercado que possa dar valoração aos produtos que são extraídos da floresta, mantendo a floresta de pé. Eu acho que esse projeto de lei pode somar e formar um grande mercado que possa sustentar as famílias que sobrevivem desse tipo de atividade mantendo a proteção aos recursos naturais."

Cadeias de comercialização

O autor da proposta ressalta pesquisa realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e

CONT.



Ambiental do Pará (Idesp) sobre as cadeias de comercialização dos principais produtos florestais não madeireiros no Estado, como plantas medicinais, extratos, frutas, sementes, cipós, cortiças, fibras, resinas, taninos e óleos.

A pesquisa surpreende pela variedade e quantidade e pelo aumento da demanda desses produtos nos últimos anos. Mostra também que há pouca informação sobre as estruturas de produção e comercialização. Brito atribui a desvalorização desses recursos e desses conhecimentos ao alto valor acrescentado ao produto ao longo da produção.

Comunidades tradicionais

Pelo menos 50 comunidades tradicionais amazônicas têm usado, como parte da renda familiar, uma técnica de origem indígena aliada ao conhecimento acadêmico que transforma o látex de seringueira em uma borracha especial usada na produção de diversos materiais, como bolsas, mantas, embalagens, tapetes, camisetas e até telhas.

Desde 2002, o projeto Encauchados de Vegetais, é desenvolvido por uma instituição de parceria entre essas comunidades e pesquisadores, o Polo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos Recursos Naturais (Poloprobio). Ele é desenvolvido em aldeias indígenas – como as dos Kaxinawá e dos Shanenawá –, em reservas extrativistas e outros tipos de comunidades. A média do rendimento da produção do encauchado é de cerca de R\$30 mil por mês.

Natural do Paraná, o ecologista Francisco Samonek é um dos fundadores do polo. Ele estuda a borracha amazônica há mais de 20 anos e constata que a comercialização e a tecnologia para a produção são uns dos maiores desafios para o projeto.

"Nós estamos na Amazônia, as distâncias são grandes e as dificuldades de gerar produtos de boa qualidade no meio da floresta são grandes também. Algumas iniciativas na área de ciências têm gerado produtos em parcerias com outras instituições e aí acaba saindo. No caso da borracha, a gente tem buscado aprimorar a qualidade para que o mercado possa aceitar como produto de boa qualidade."

Samonek comenta que o polo, que existe há 16 anos, já recebeu impulsos financeiros de alguns prêmios, como o da Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, em 2007, e o Prêmio Equatorial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 2008. Para ele, as políticas públicas para o setor, como as políticas de incentivo à agricultura familiar, são apenas o "ponta-pé inicial" e precisam ser aprimoradas.

CONT.



Exportação proibida

A proposta garante a participação de governos estaduais, de institutos de pesquisa, do setor privado, da sociedade civil organizada e das comunidades tradicionais para gerir a política. E para agregar valor aos produtos brasileiros, a política florestal proíbe exportação para beneficiamento de espécies classificadas como estratégicas ou relevantes, quando houver tecnologia e capacidade produtiva no Brasil.

Para Samonek, apenas a proibição da exportação de matérias-primas não será eficiente se não vier aliada ao estímulo da produção de tecnologia.

O ecologista critica que há pouco incentivo à produção científica na região, pois elas estão centralizadas no Sudeste e no Sul, e também critica os centros universitários que muito investem em estudo, mas pouco em produzir novas invenções e conhecimentos. "Quando você proíbe de sair uma matéria-prima, tudo bem. Acho que é importante agregar valor à base e a gente defende isso desde o início. O nosso trabalho é exatamente esse. Mas tem que investir em tecnologia, porque não adianta você proibir simplesmente, e não fazer a outra ponta: de gerar conhecimento para que o produtor tenha acesso a esse conhecimento", diz.

Tramitação

A proposta, que já foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



02 Em RR, índios bloqueiam trecho da BR-174 em protesto contra PEC 215
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 17.12.2014

*Bloqueio ocorre na região de São Marcos; equipe da PRF se dirigiu ao local.
PEC tira atribuição exclusiva da Funai e do Poder Executivo para demarcar.*

Do G1 RR

Indígenas da região de São Marcos, região Norte de Roraima, bloquearam na manhã desta quarta-feira (17) a BR-174, rodovia que liga Boa Vista a Pacaraima, na proximidade do Malocão Makunaima e na comunidade Sabiá. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), uma equipe foi ao local para averiguar a situação.

O motivo do bloqueio seria a votação do Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 215 que tramita desde 2000 e retira a atribuição exclusiva da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Executivo de promover a demarcação das reservas indígenas no país e a transfere para o Legislativo.

O projeto tramita em uma comissão especial da Câmara e não há data marcada para a votação do texto.

Outros protestos

Em 2013, ocorreram dois protestos na região, um em setembro e outro em outubro, ambos contra a aprovação da PEC. Em [outubro de 2013, aproximadamente 600 indígenas da comunidade Sabiá](#) bloquearam um sentido da BR.



03 MPF quer a retomada e conclusão da obra da Escola Indígena Sapé-Ty-Kó
SÍTIO CORREIO DA ILHA, 17.12.2014

Ministério ajuizou ação civil pública contra o Estado, e requer que, caso seja concedida a liminar e ela não seja cumprida, os entes públicos e gestores omissos paguem multa diária individual de R\$ 2 mil.

Siga o Portal da Ilha no [Twitter](#) e acompanhe também no [Facebook](#)

O Ministério Público Federal (MPF) em Chapecó ajuizou ação civil pública contra o Estado de Santa Catarina, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a União para que adotem as medidas necessárias à retomada e conclusão da obra da Escola Indígena de Ensino Fundamental Sapé-Ty-Kó, localizada na Reserva Indígena Aldeia Condá, até o início do ano letivo de 2015.

O MPF acompanha a situação da escola desde 2005, quando foi instaurado o inquérito que deu origem à ação a partir de documento recebido da administração regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), noticiando que a comunidade indígena Condá estava pleiteando a construção de uma escola com características específicas à sua cultura.

Em agosto de 2013, a Secretaria Estadual de Educação informou que 88% da obra estava concluída e que o seu término estava previsto para ocorrer em 90 dias. No entanto, em visita realizada pelo MPF na Reserva Indígena Condá, em fevereiro deste ano, foi constatado que as obras da escola estavam paralisadas desde abril de 2013. A Secretaria ressaltou que estavam sendo cumpridas recomendações para regularizar o processo, que em seguida seria feita a rescisão do contrato e que, posteriormente, seria realizado novo processo licitatório. Em nova visita do MPF à reserva indígena, no último dia 4, verificou-se, no entanto, que a obra continua paralisada e em evidente estado de abandono.

04 Homens armados são detidos pelos Kaiowá e Guarani em área do tekoha Tey'i Juçu
SÍTIO CIMI, 17.12.2014

Fonte da notícia: [Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi](#)



Quatro homens não identificados foram retidos nesta segunda-feira, 16, pela comunidade do tekoha - lugar onde se é - Tey'i Juçu, município de Caarapó (MS). Os indivíduos circulavam no perímetro da área retomada pelos Kaiowá e Guarani, no último dia 7, e foram apanhados enquanto se dirigiam ao acampamento erguido pelos indígenas. A Polícia Federal foi acionada pela Funai e no final do dia os agentes levaram os quatro homens da terra indígena para a carceragem de Dourados.

Conforme lideranças Kaiowá e Guarani, os indivíduos estavam armados, dois deles eram

paraguaios e teriam sido enviados por fazendeiros para ameaçar e intimidar a comunidade. “Eram pistoleiros, né. Não fizemos maldade não. Apenas pintamos eles, demos cocares e colocamos eles para participar de um ritual e dança do nosso povo. Um deles assumiu que fazendeiro mandou para botar medo, mandar patrício (parentes indígenas) sair”, explica o cacique Lourival Kaiowá e Guarani.

Vander Nishijima, Chefe de Divisão e coordenador interino da Funai em Dourados, solicitou à Polícia Federal o resultado da diligência: “Os indivíduos estavam portando armas de fogo, mas não sabemos de mais detalhes. Quem são, se ficarão presos, ou se trabalham nas fazendas”, diz. Nishijima conta que recebeu uma ligação das lideranças do Tey'i Juçu informando sobre a retenção dos quatro homens. “Então comuniquei aos policiais, que se dirigiram ao local e levaram os indivíduos”, conclui.

As lideranças da terra indígena, que abrange o tekoha Tey'i Juçu, são enfáticas ao dizer que diariamente a comunidade recebe ameaças. Por conta disso os indígenas estavam preparados e aguardando a visita do dia; assim puderam se antecipar e deter o quarteto. Na última sexta-feira, 12, movimentos sociais e organizações de direitos humanos visitaram Tey'i Juçu. “Constatamos um ambiente de vulnerabilidade, como a fome e a falta de acesso a fontes de água potável. As entidades que integraram a visita vão ajudar nisso”, afirma um dos assessores jurídicos do Cimi presente na visita.

CONT.



Na última segunda, 15, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do Mato Grosso do Sul bloqueou por cinco horas a BR-262, na altura do município de Terenos, em defesa da demarcação das terras indígenas e por uma reforma agrária popular, no estado.

“Há anos assistimos o sangue dos indígenas escorrerem nas mãos do latifúndio ou das forças armadas, assim como muitos dos nossos que tombaram na luta por terra e justiça social. Tudo isso por omissão dos poderes constituídos, responsáveis por agir concretamente na demarcação e na Reforma Agrária. Por isso estamos realizando essa ação, e realizaremos quantas mais forem necessárias para chamarmos a atenção dos que precisam resolver essa situação alarmante, antes que uma guerra se instaure em nosso estado”, disse na ocasião Dinho Lopes, da direção estadual do MST-MS.

A Aty Guasu – grande reunião Kaiowá e Guarani – divulgou uma nota do tekoha Tey'i Juçu sobre a situação da retomada, onde os indígenas reafirmam o que desde o último dia 8 a jovem de 17 anos Julia Venezuela de Almeida está desaparecida depois de ser baleada e ter o corpo sequestrado pelos agressores – fazendeiros, arrendatários e capangas.

Leia na íntegra a nota da Aty Guasu:

ATY GUASU recebeu e divulga a carta de comunidade Guarani e Kaiowa de tekoha TEY'IJUÇU E PINDO ROKY, CAARAPO-MS-BRASIL.

Carta de comunidade Guarani Kaiowa Tey'i Juçu Pindo Roky/Tey'ikue-Caarapó-MS.

Para: Presidente da República Dilma Rousseff, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), todas as sociedades nacionais e internacionais, autoridades das Organizações das Nações Unidas- ONU..

Nós representantes e lideranças das comunidades Guarani e Kaiowa reocupantes da terra tekoha tradicional TEY'I JUÇU E PINDO ROKY-Caarapo-MS, vimos através desta carta comunicar as nossas decisões definitivas às todas autoridades sociedades do Brasil e do Mundo. A princípio nós somos um povo indígena/nativo Guarani e Kaiowa, somos originários de nossos territórios tekoha Tey'i Juçu, Pindo Roky, Javorai, somos comunidades ameaçadas de morte sim, resistimos até hoje, os nossos avô e avós foram expulsos e expropriados recentemente de nossas terras tradicionais Tey'i Juçu em meados de 1960, pelos fazendeiros, por essa razão nós reivindicamos a demarcação e devolução de nossas terras desde 1980, mas o governo e justiça federal do Brasil até os dias de hoje não demarcou, afirma e alega que as nossas terras

CONT.



se encontram em estudo, está no TAC, que será demarcada, mas já passaram mais de 20 anos, estamos enganados e fomos enrolados pelo governo do Brasil, cansado de esperar a demarcação, por essa razão, no dia 07 de dezembro de 2014, começamos a reocupar e retomar uma parte de nossas terras tradicionais TEY'I JUÇU, esse movimento de reocupação e retomada de TEY'I JUÇU é a nossa decisão como povo Guarani e Kaiowa, é decisão de comunidade, apoiada sim de todas as comunidades de mais 20 aldeias Guarani e Kaiowa, e de Aty Guasu, hoje somos povos indígenas unidos e resistentes, deixando evidente para todos que essa é a mobilização permanente e decisão definitiva do povo Guarani e Kaiowáa. Esse movimento é do povo indígena Guarani e Kaiowa de Reserva Teyi'kue, apoiadas de mais de 40 mil indígenas, de todas as aldeias e Reservas indígenas. É movimento pela demarcação do tekoha. contra as violências promovidas pelos fazendeiros e suas organizações. Aqui não existem "paraguaios" não! Nem pessoas estranhas não-indios "brancos". Aqui no tekoha TEY'IJUÇU VOLTARAM REOCUPAR GUARANI E KAIOWA SIM! SOMOS INDÍGENAS GUARANI E KAIOWA, ESTAMOS AQUI RESISTENTES FRENTE A FRENTE COM PISTOLERIOS, NÃO RECUAMOS. Sabemos que os fazendeiros divulgam na imprensa dele, como fossem bonzinhos, alegando que sempre eles seriam bonzinhos com os indígenas. Essa versão dos fazendeiros não são verdades, os fazendeiros já mataram vários indígenas no passado recente, e continuam atacando e assassinando indígenas sim, expulsaram os indígenas de terras indígenas, e continuam massacrando e matando nos indígenas Guarani e Kaiowa, essa é a verdade. Pedimos JUSTIÇA, E PUNIÇÃO AOS FAZENDEIROS ASSASSINOS. No dia 16 de fevereiro de 2013, um dos fazendeiros assassinou o jovem indígena DENILSON BARBOSA. Esse fazendeiro ORLANDINO BEZERRO CARNEIRO declarou e confessou ao delegado da polícia assim: " eu atirei nos índios e matei o índio sim, fui eu ", mas não foi punido pela justiça, por isso é mentira quando os fazendeiros divulgam não atacaram às comunidades. De fato, os fazendeiros e seus pistoleiros cercaram e atacaram nós sim, aqui no tekoha TEY'IJUÇU, nos dia 07, 08, e 09 de dezembro de 2014, os três dias consecutivos cercaram nos sim, atiraram em direção das crianças e idosos sim. Durante o ataque e nos meios de tiroteios e fumaças de balas, uma menina indígena Kaiowa sumiu sim! Até hoje não conseguimos localiza-la. Os fazendeiros continuam ameaçando nos sim. Diante desse cerco de pistoleiros e anúncio de mais ataque e ameaça de morte às lideranças e as comunidades por fazendeiros, nos decidimos em permanecer e morar aqui no tekoha TEY'I JUÇU, aqui vamos lutar e resistir, é decisão de um povo Guarani e Kaiowa. Pedimos ao governo federal para demarcar imediatamente o tekoha TEY'I JUÇU, PINDO ROKY, E TODAS OUTRAS TEKOKHA GUARANI E KAIOWA. Encaminhamos a nossa decisão a todas as autoridades federais e sociedades, nós Guarani e Kaiowa voltamos sim retomar um pedacinho de nossas terras tradicionais, não vamos aguardar a promessa do governo, so mandar nós esperar eternamente. Antes de continuarmos a retomada de nossas terras aguardamos a posição urgente da presidenta da República Dilma Rousseff. Por fim deixamos claro a todos que aqui no tekoha TEY'I JUÇU recomeça a mobilização das lideranças do Aty Guasu e movimento de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

RESISTÊNCIA do povo indígena GUARANI, KAIOWA, TERENA, ETC. Sabemos que aqui estamos sofrendo cerco de ameaça de pistoleiros, lá no Congresso e na Câmara Federal os nossos direitos sofrem também ameaça de alteração, por isso, não vamos recuar, vamos lutar firme pelas nossas terras, custe o que custar, nos somos um povos, mais de 50 mil, já convidamos a todos os povos INDÍGENAS como o povo Terena, Kadweu para apoiar nos nessa retomada de terras tradicionais. NOSSA DECISÃO É NÃO RECUAR, VAMOS AVANÇAR NA RECUPERAÇÃO DE NOSSOS TEKOKHA SIM.

Atenciosamente,

TEKOKHA TEY'ITUJU, 11 DE DEZEMBRO DE 2014

As lideranças e comunidades do povo Guarani e Kaiowa de tekoha PINDO ROKY, TEY'I KUE, TEY'ITUJU, Conselho Aty Guasu



05 Alunos de Aldeia Guarani de Angra dos Reis concluem ensino fundamental
SÍTIO O DIA ONLINE, 17.12.2014

Turma indígena de Educação de Jovens e Adultos é a primeira a se formar na modalidade presencial no estado

O DIA

Rio - A primeira turma indígena em ensino fundamental presencial no estado do Rio acaba de se formar. Um grupo de 25 estudantes do projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da aldeia guarani de Angra dos Reis recebeu o diploma de conclusão dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano).

O projeto EJA Guarani é realizado pela Prefeitura de Angra dos Reis e oferece a escolaridade aos indígenas da única aldeia oficialmente demarcada do Rio de Janeiro. O programa é coordenado pela Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia e acontece na Escola Municipal Professor Francisco de Assis de Oliveira Diniz, no Bracuí.



Alunos da primeira turma de ensino fundamental presencial do Rio discursam durante conclusão do curso

Foto: Divulgação

Para a subsecretária de Ciência e Tecnologia, Jane Aparecida, a formatura foi mais uma vitória para os moradores da aldeia. "Ver essa turma se formando, após terem enfrentando tantas dificuldades é

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

realmente emocionante. Esperamos que consigam seguir os estudos para que, quem sabe, possamos formar mais professores indígenas, devido ao número de crianças que vivem na aldeia", declarou Jane.

Projeto tem parceria com diversas universidades

As aulas do EJA Guarani fazem parte de um projeto de educação escolar específico, diferenciado, intercultural e bilíngue. A Aldeia Sapukai possui aproximadamente 500 moradores. O projeto conta com a atuação de docentes da rede municipal de Angra dos Reis, com a Coordenação Pedagógica da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia do município, em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

06 Ribeirinhos do AM iniciam produção de alimentos agroecológicos em RDS
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 17.12.2014

*Objetivo é melhorar qualidade de vida com consumo de alimentos saudáveis.
Após cursos, ribeirinhos podem ainda comercializar a produção.*

Do G1 AM



Cursos foram realizados em reserva de desenvolvimento sustentável (Foto: Guedes/IPi)

Nas comunidades ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus (RDS-PP), diversas mudanças foram realizadas na alimentação dos moradores. Cerca de 100 comunitários participaram de cursos sobre agricultura agroflorestal focada no potencial dos ribeirinhos para produção de alimentos agroecológicos. O objetivo é melhorar a qualidade de vida do grupo devido ao consumo de alimentos saudáveis e incentivar geração de renda pela venda dos produtos.

Os cursos são realizados desde 2013 pelo Instituto Piagaçu (IPi), por meio do projeto Peixes da Floresta. Ao todo, foram feitos três módulos nas comunidades de Uixi, Cuiuanã, Caua e Itapuru, que fazem parte da RDS-PP. Uma das preocupações é evitar perder plantações para pragas de maneira correta. Sobre o tema, o agricultor José Rodrigues, integrante da Associação dos Produtores Orgânicos do Amazonas (APOAM) e técnico em agroecologia do Museu da Amazônia (MUSA), ministrou oficina sobre biofertilizantes e defensivos agrícolas naturais.

Segundo o IPi, outra meta da ação é sensibilizar as pessoas para que esses recursos sejam utilizados

CONT.



valorizando e protegendo a agrobiodiversidade. "É bom ter cuidado com a saúde através da nossa alimentação, evitar produtos com veneno é importante", comentou Jesuy Tavares Monhoes, moradora da comunidade Boa Esperança, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (baixo Japurá), que também participou da atividade através da parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM).

Os encontros abordaram também temas como organização da comunidade, qualidade da alimentação atual, comercialização de produtos agrícolas, dificuldade de escoamento de produção, assim como dificuldade de encontrar sementes, diversidade de produção e planejamento integrado da produção agrícola.

Para o instituto, com a formação, além de melhorar a produção de alimentos agroecológicos destinados ao consumo das próprias famílias agricultoras, a capacitação também ajuda os ribeirinhos a comercializarem os produtos, gerando renda e interação entre os agricultores da reserva.



Três módulos do curso foram aplicados (Foto: Guedes/IPi)



07 Aracruz Celulose intensifica ofensiva contra terras quilombolas
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 17.12.2014

Além de plantar eucaliptos em corpos d'água, empresa intensificou lançamento de veneno nas comunidades

Any Cometti

A Aracruz Celulose (Fibria) continua com suas ações para degradar corpos d'água e remanescentes florestais dentro de comunidade quilombolas de São Mateus e Conceição da Barra, no norte do Estado. De acordo com informações dos quilombolas, a empresa usa tratores de esteiras para desmatar a mata nativa e plantar eucalipto nas margens do Córrego Canivete e da Lagoa Joaquim Lopes, retirando as Áreas de Preservação Permanentes (APPs) necessárias à manutenção dos reservatórios, para formação de novos eucaliptais. Os novos plantios ocorrem nas proximidades da Volare, unidade de negócios pertencente à Marcopolo S.A, e do bairro Litorâneo.

Além da ameaça da seca que o próprio plantio do eucalipto significa para a região, o maquinário pesado usado para retirar a mata nativa e plantar eucaliptais depreda as margens dos corpos d'água e contribui para o cenário de caos na região. As comunidades quilombolas denunciam, ainda, que os tanques que fazem a pulverização de agrotóxicos estão lançando venenos agrícolas em maior quantidade sobre as casas e plantações do povoado. Na comunidade de São Jorge, são frequentes os casos de intoxicação e cegueira por conta dos agrotóxicos usados pela Aracruz e lançados sobre a comunidade.

De acordo com o atual Código Florestal, a Lei nº12.651/12, as APPs são faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, que vão desde a borda da calha do leito regular, em larguras que variam entre 30 metros e 500 metros, dependendo da largura do curso em questão. Não é permitido, portanto, que se desmate e ocupe com qualquer outro tipo de vegetação as margens dos corpos d'água, como o que está sendo feito pela Aracruz.

Em novembro deste ano, os quilombolas já denunciaram o plantio irregular de eucalipto a menos de três metros de distância de córregos, em cerca de sete hectares ao redor e, em alguns trechos até mesmo dentro de brejos, nas proximidades dos territórios quilombolas de Roda D'água e São Jorge. Os plantios ocorrem em lugares onde, anos atrás, já haviam sido plantados eucaliptais, que foram retirados para uma tentativa de reflorestamento que não chegou a ser concretizada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

No final do mês, os quilombolas voltaram a denunciar as ações da Aracruz sobre os territórios quilombolas. Dessa vez, a empresa retomou o uso dos correntões puxados por tratores de esteira, prática iniciada no período da ditadura militar, para desmatar áreas de APP e plantar eucaliptais nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, antigo território de Sapê do Norte. Além de acabar com o pouco que restava da Mata Atlântica na região, a empresa eliminou as já raras nascentes, que resistiram à monocultura, com o uso intenso de agrotóxicos. Os venenos são lançados até em cima das comunidades, que consomem água contaminada e apresentam problemas de saúde.

Nessa última denúncia, os quilombolas enviaram ao Ministério Público Federal (MPF) de São Mateus um documento cobrando providências urgentes para interromper o que consideram uma “atitude criminosa” da empresa. Os quilombolas também requerem a realização de uma audiência pública para discutir o problema e reparar os danos. O MPF confirmou que foi aberto um procedimento sobre essa denúncia e ele está em andamento no âmbito da Procuradoria da República em São Mateus.



08 Oficina de comercialização capacita quilombolas
SÍTIO PORTAL BRASIL, 17.12.2014

Entre as atividades previstas no encontro estão palestras explicativas sobre os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae)

por Portal Brasil

Nesta sexta-feira (19) e no sábado (20), em Porto Alegre (RS), a Oficina de Comercialização para Comunidades Quilombolas irá capacitar cerca de 20 representantes gaúchos para vender aos mercados e modalidades de compras governamentais.

Entre as atividades previstas no encontro estão palestras explicativas sobre os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae), que levam alimentos para unidades públicas de ensino e às populações em situação de insegurança alimentar.

A produção quilombola é, em geral, voltada para a subsistência, por isso, as oficinas buscam contribuir para o aumento da renda das famílias que vivem em situação de pobreza.

Apesar das comunidades quilombolas terem aumentado suas produções, elas encontram dificuldades no processo de comercialização de seus produtos.

“Queremos passar informações de como acessar os programas de compras institucionais, para que as comunidades conheçam e possam ampliar a comercialização”, explica o coordenador-geral das Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira.

A ação está inserida no eixo de inclusão produtiva do Programa Brasil Quilombola. Já foram capacitados quilombolas da Bahia, Maranhão e Minas Gerais já foram capacitados.

A ação é uma parceria entre MDA e Incra, com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social (Seppir), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Fonte:

[Ministério do Desenvolvimento Agrário](#)

09 Mesa estadual aponta avanços na regularização de territórios quilombolas em Goiás
SÍTIO INCRA, 17.12.2014



A expectativa pela publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade quilombola Santo Antônio da Laguna, prevista para início de 2015, marcou a 4ª reunião da Mesa Permanente de Regularização de Territórios, no dia 15 de dezembro. A Mesa avaliou a evolução dos processos no ano de 2014 e a sua atuação na questão quilombola.

Para o grupo, houve avanços tanto no andamento dos processos quanto na participação e acesso às informações por parte das comunidades e entidades públicas envolvidas. Graças à implantação da Mesa, há cerca de um ano, essas instituições puderam identificar, junto ao Incra, os problemas, dificuldades e percalços da regularização fundiária quilombola.

Um dos destaques da reunião foi o anúncio da publicação do RTID da comunidade Santo Antônio da Laguna, no município de Barro Alto, prevista para o início de 2015.

Este será o segundo publicado pelo Incra em Goiás. Documento base de todo o processo de regularização, o RTID inclui, entre outros, relatórios antropológico e agro ambiental, levantamento fundiário e elaboração da planta e memorial descritivo da área pleiteada pelo grupo.

Desapropriação

CONT.



Também no início de 2015, o Incra planeja devolver à comunidade Tomás Cardoso, a terra que historicamente lhe pertencia – a fazenda Bocaina do Passa Três / Canoas, nos municípios de Goianésia e Barro Alto.

A autarquia deverá finalizar o processo de desapropriação do imóvel rural nos primeiros meses do ano. Em seguida é dada a posse coletiva aos integrantes da comunidade. Essa será a primeira regularização de um território quilombola no estado de Goiás. Atualmente, há 13 processos de regularização em andamento na Superintendência Regional do Incra em Goiás.

Relatórios antropológicos

Outra ação destacada pela Mesa foi o avanço na elaboração, através do Termo de Cooperação Técnica assinado entre o Incra e a Universidade Federal de Goiás (UFG), dos relatórios antropológicos das comunidades João Borges Vieira (município de Uruaçu), Nossa Senhora Aparecida (Cromínia), Cedro e Buracão (Mineiros) e Almeidas (Silvânia). A previsão é que o trabalho iniciado em 2013 seja concluído em agosto de 2015.

Para o superintendente regional do Incra em Goiás, Jorge Tadeu Jatobá, os resultados demonstram empenho do Incra e de todas as entidades e comunidades em acelerar o processo de devolução dessas terras aos quilombolas. “Há um esforço da nossa parte em dar sequência a cada ação necessária, no tempo certo exigido e com a ajuda e supervisão dos demais envolvidos. Entendemos que a terra para essas comunidades não é uma questão de posse apenas, mas tem a ver com a sua própria existência”, esclareceu.

A Mesa do último dia 15 reuniu representantes das diversas comunidades e dos municípios onde elas vivem, o Incra e a Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (Semira)

Regularização quilombola

O Incra é o órgão responsável pela regularização territorial das comunidades de descendentes de quilombos reconhecidas pela Fundação Palmares.

Após a publicação do RTID pelo Incra, a Presidência da República edita um decreto de desapropriação; o imóvel é desapropriado pela autarquia e repassado à posse comunitária dos descendentes de quilombos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

que perderam suas terras.

Assessoria de Comunicação Social do Incra em Goiás

62 3269 1703

jornalismo@gna.incra.gov.br

[@incra_goiás](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

10 Liberdade para os indígenas presos por protestarem contra a inconstitucional PEC 215 !!
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.12.2014

Por CombateRacismoAmbiental

<https://www.youtube.com/watch?v=dl-qmtkSRMw>

Por Henyo Trindade Barretto Filho

Enquanto a luta contra a PEC 215 prossegue na Câmara, desde ontem se abriu outra frente de luta: a liberdade dos cinco indígenas que foram presos aqui em Brasília entre o final da tarde e a noite de ontem pelas forças de repressão do DF (PM e Civil), do Congresso (Polícia Legislativa Federal) e do Executivo (Força Nacional).

O vídeo mostra como, no início da noite desta terça (16/12), dois indígenas foram presos pela Polícia Militar, por “tentativa de homicídio”, “em flagrante” [?!] – apurem os ouvidos. Os manifestantes indígenas, que seguiam em dois ônibus do Congresso para o centro de formação do Cimi, em Luiziânia-GO, onde estavam hospedados, foram seguidos e parados na estrada. Todos os passageiros foram obrigados a descer dos veículos e revistados pelos policiais. Cerca de 50 policiais fortemente armados, além de uma dezena de viaturas, participaram da operação.

Esses dois “parentes” se somam a quatro outros que foram presos ao desembarcar de uma van, em frente ao Ministério da Justiça, para onde tinham ido em uma delegação para uma reunião com o Ministro. Um destes já foi liberado. Como já se manifestou a APIB, exigimos a imediata soltura das lideranças indígenas que foram presas ontem, apenas por se manifestarem contra a inconstitucional PEC 215.

#ProtestoNãoéCrime #PEC215Nao #Liberdadeparaosindígenas



11 Funai e Cimi pedem soltura dos cinco indígenas detidos após protesto
SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 17.12.2014

Helena Martins - Repórter da Agência Brasil Edição: **Stênio Ribeiro**

A Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) entraram com pedido de relaxamento da prisão em flagrante dos cinco indígenas que estão encarcerados no Departamento de Polícia Especializada (DPE), em Brasília.

O documento foi protocolado há pouco, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Além do relaxamento, a ação pede que a custódia dos índios fique a cargo da Funai, conforme determina o Estatuto do Índio. "O fato é que não há motivo nenhum para considerar a prisão, que é uma medida extrema, já que o que prevalece na Constituição é a liberdade para todos os brasileiros, inclusive para os índios. Além disso, eles não tentaram fugir, estão à disposição para quaisquer esclarecimentos", argumenta o advogado do Cimi, Adelar Cupsinski.

Os índios estão presos desde ontem (16). Seis deles foram detidos após protesto no Congresso Nacional. Quatro foram presos à tarde, nas proximidades do Ministério da Justiça, e dois quando um ônibus com integrantes do grupo que participou de ato no Congresso Nacional foi interceptado pela Polícia Militar (PM). À noite, um índio guarani foi solto após prestar depoimento.

Segundo a assessoria de comunicação da Polícia Civil do Distrito Federal, os índios foram presos em flagrante por serem acusados de tentativa de homicídio, durante confronto na Câmara dos Deputados, quando os índios protestavam contra a aprovação da [proposta de emenda à Constituição \(PEC\) 215](#), que repassa ao Legislativo a prerrogativa de demarcar terras indígenas. A polícia argumenta que houve disparo de flechas, uma das quais perfurou a bota de um capitão PM, e que os índios agrediram policiais com socos. Além disso, eles estariam "armados com arcos e flechas, lanças e tacapes".

Funai e Cimi afirmam que a prisão em flagrante é ilegal, pois as condições para considerá-la não estão configuradas, dado o lapso temporal que se passou depois do conflito e também o fato de que a autoridade policial não encaminhou para a apreciação do flagrante ao juiz.

Adelar Cupsinski destaca que o crime a eles imputado não configura tentativa de homicídio. "Não se tem prova contra os índios e, o mais importante, eles não tinham a intenção de matar nenhum policial. Eles estavam em um protesto pacífico", afirma.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

Os índios contam que protestavam contra a PEC 215 e foram impedidos de entrar na Câmara por uma barreira de contenção formada por integrantes da Polícia Legislativa e da PM, quando souberam que a PEC seria votada. Eles afirmam que mulheres foram agredidas e que os índios foram recebidos pelas forças de segurança, com spray de pimenta.

O capitão Gondim, da PM, que teve a bota perfurada, defende que os policiais reagiram ao ataque dos índios e que a reação foi “proporcional”. O capitão, que coordenou a operação de apreensão dos índios, disse que a abordagem utilizada foi padrão e não houve violência. Ele cobrou a responsabilização dos índios.

O Cimi critica a operação policial e lamenta a abordagem criminal dada à luta indígena. “Nossa avaliação é que são presos políticos, que foram presos em um ato político de defesa dos direitos dos povos tradicionais. É mais um ato de criminalização dos movimentos sociais”, afirma o secretário executivo da entidade, Cléber Buzatto.



12 MPF/CE ajuíza ação para garantir direitos do povo indígena Tabajara e Kalabaça
SÍTIO ÂMBITO JURÍDICO, 17.12.2014

Fonte: MPF/CE

Procuradora da República Sara Moreira quer o início do processo de demarcação territorial da comunidade indígena, no município de Poranga (CE)

Em razão da omissão abusiva na demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pela comunidade indígena Tabajara e Kalabaça, na localidade de Cajueiro, em Poranga (CE), o Ministério Público Federal em Crateús (MPF/CE) ingressou com ação civil pública na Justiça Federal para condenar a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) a iniciarem o procedimento de identificação e demarcação da terra indígena e a pagarem indenização por danos morais coletivos aos indígenas.

De acordo com o MPF, a ocupação tradicional indígena em Cajueiro está comprovada por estudos acadêmicos e antropológicos e é reconhecida pela própria Funai, que presta assistência local aos índios Tabajara e Kalabaça. O Ministério da Saúde, nacionalmente por intermédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena, e, localmente, pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará, também presta assistência à saúde dos povos indígenas há vários anos.

O MPF apurou, porém, que a Funai sequer iniciou procedimento de demarcação no local, e informou que não havia previsão para constituição de novos grupos técnicos de trabalho enquanto não fossem concluídos os procedimentos em curso, por motivo de estrutura e recursos humanos escassos.

"Por conta dessa omissão, a comunidade indígena Tabajara e Kalabaça vem sofrendo sucessivos prejuízos, pois na localidade existe conflito entre indígenas e posseiros não-indígenas desde 2007, quando ocorreu a retomada da terra pela comunidade indígena, e a disputa envolve também a utilização da palha das carnaúbas para fins artesanais situadas na área em litígio", detalha a procuradora da República Sara Moreira, autora da ação ajuizada pelo MPF.

Na petição inicial da ação civil pública, o MPF pede que seja determinado, em antecipação de tutela, que a União e a Funai, no prazo máximo de 120 dias, iniciem o procedimento de identificação e demarcação da Terra Indígena de Cajueiro e observem, durante a execução, os prazos legais, até a conclusão dos referidos trabalhos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

Embargo de terceiro na Justiça Trabalhista - Perícia realizada em setembro de 2013 pelo antropólogo Sérgio Brissac, da Procuradoria da República no Estado do Ceará, verificou que a TI Cajueiro era objeto de penhora nos autos de ação trabalhista movida contra a Agropecuária Pinho S.A., com designação de hasta pública, o que poderia agravar os conflitos fundiários na região. Diante disso, o MPF, na época, opôs embargos de terceiro em nome da comunidade indígena perante a Justiça do Trabalho, logrando êxito em suspender a ação trabalhista. Posteriormente, face à sentença de improcedência, interpôs recurso de agravo de petição, em julho de 2014.



13 Começa nesta quinta-feira o 14º Vestibular Indígena do Paraná
SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 17.12.2014

Nestas quinta e sexta-feira (18 e 19), 505 candidatos realizam o 14º Vestibular Indígena, organizado este ano pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). As Provas ocorrem no Centro Politécnico (Cedeteg), em Guarapuava, das 8h às 12h e das 14h às 18h. São ofertadas 52 vagas, 6 para cada uma das universidades estaduais e 10 para a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A Unicentro obteve o maior número de inscritos, com 115 candidatos, em seguida vem a Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) com 76, Universidade Federal do Paraná (UFPR) com 64, Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp) com 62, Universidade Estadual de Londrina (UEL) com 59 inscrições, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) com 41, e a Universidade Estadual do Paraná (Unespar) registrou 7 inscrições.

Os candidatos são de 24 terras indígenas do Paraná, que concorrem a todas as vagas, e também de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Pernambuco que concorrem apenas às vagas ofertadas pela UFPR.

PROVAS - O primeiro dia será destinado para as avaliações orais, para identificar a capacidade do candidato de dialogar sobre determinados assuntos. Tendo como principais critérios a capacidade de comentar os temas propostos no texto da prova de maneira coerente e a capacidade argumentativa e opinativa em relação ao texto lido. "Serão 18 bancas para avaliar todos os candidatos e, neste ano, temos uma novidade, todas as avaliações serão gravadas para que a comissão faça uma pesquisa, obtendo um balanço geral do vestibular", informa Déa Maria Ferreira, coordenadora da Comissão Universidade Para Índios (CUIA).

No segundo dia de prova o candidato realizará a Redação e uma prova objetiva composta por 40 questões, envolvendo as disciplinas de Língua Portuguesa (interpretação de textos), Língua Estrangeira Moderna ou Língua Indígena, Biologia, Física, Geografia, História, Matemática e Química.

O candidato precisará comparecer no local de prova com o documento de identidade. O resultado sairá na próxima terça-feira (23) e poderá ser acessado diretamente no site: <http://www2.unicentro.br/vestibular/indigena/>.

Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em: e www.pr.gov.br

CONT.

Fotos



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.



14 UEMS tem 1º egresso indígena selecionado para o doutorado
SÍTIO A CRÍTICA DE CAMPO GRANDE, 17.12.2014

Fonte: Notícias MS

Foto: Notícias MS



Para o doutorando, a aprovação é resultado de muito esforço e trabalho.

O engenheiro agrônomo Elison Floriano Tiago, egresso do curso de Agronomia da unidade universitária da UEMS de Aquidauana, é o primeiro indígena da Universidade aprovado para um Programa de Doutorado. Ele cursará Entomologia e Conservação da Biodiversidade, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Elison, que foi aprovado em primeiro lugar no Programa da UFGD, ingressou na graduação pelo sistema de vagas destinadas a indígenas que a UEMS adota como política institucional. O 5º colocado na classificação do mesmo Programa, Kleiton Rezende, também concluiu os estudos de graduação pela unidade de Aquidauana.

Para o doutorando, a aprovação é resultado de muito esforço e trabalho. “Foi um processo que envolveu muitas lutas e dificuldades, mas o importante foi que eu não desisti”, afirma. Elison explica que a conquista representa muito para os indígenas e, também, para a sociedade.

Dentre os desafios a serem superados estava a assimilação da língua portuguesa, já que Elison é da etnia

CONT.



Terena (Aruak), e os preconceitos. “A luta que enfrentei não foi fácil. Muitas vezes, com sacrifício pessoal, mas sei da importância que minha conquista representa para meu povo e todos os outros indígenas”, ressalta. Elison declarou que foi inspirado por outro terena, que também alcançou a titulação, o professor doutor Rogério Ferreira da Silva, também indígena.

“De modo igual, pretendo incitar que outros indígenas também se inspirem na busca por conhecimento no ensino superior e sigam em frente. Isso representa muito para nosso povo”, reconhece.

Cotas indígenas ajudam a transformar vidas

A UEMS consolidou-se ao longo dos anos como Universidade Estadual pública pioneira na manutenção de cotas permanentes para indígenas e negros em todos os cursos de graduação ofertados pela instituição. Nesse sentido, Elison reconhece a importância do incentivo à política de cotas da UEMS que, desde o início de sua graduação, foi de grande relevância.

“Vejo essa postura como uma boa iniciativa que dá mais oportunidades ao povo indígena, colaborando com oportunidades às minorias. É uma porta que se abre e que nós, indígenas, e também os negros, devemos aproveitar”, reconhece o doutorando.

Elison faz questão de mencionar os professores que o auxiliaram nesta caminhada de sucesso, em especial ao professor da UEMS, Sérgio Roberto Rodrigues, com quem trabalhou em conjunto como auxiliar no laboratório de Entomologia da unidade de Aquidauana. “O professor Sérgio me conduziu aos primeiros passos da graduação. Ele é exemplo de profissional e de ser humano”, declarou. O indígena também agradeceu ao professor da UFGD, Fabricio Fagundes Pereira, orientador do doutorado e que também o orientou no mestrado.

15 Ditadura matou ao menos 8,3 mil indígenas; na democracia, PEC 215 ameaça demarcação de terras
SÍTIO CATRACA LIVRE, 17.12.2014

Número de índios mortos no regime militar pode ser ainda maior

Cmacauley/ Wikipedia



Yanomamis foram um dos povos que sofre com a violência dos militares e agentes da repressão

O relatório da Comissão Nacional da Verdade, que apurou os crimes cometidos contra os direitos humanos na ditadura militar, aponta que os indígenas foram os mais prejudicados, perseguidos e violentados durante o regime.

Segundo o capítulo " Violações de direitos humanos dos povos indígenas", estimativa é que 8.350 indígenas morreram durante o a ditadura em decorrência de massacres, prisões, torturas, maus tratos, conflitos por terra, remoções e contágio por doenças.

Porém, o número pode ser ainda maior, devido às dificuldades de investigar os casos. Ao contrário dos 434 civis mortos pela ditadura, os indígenas mortos não tiveram investigação pessoal para a causa de seus assassinatos.

As etnias com maior número de mortos foram: 3.500, Cinta-Larga (RO); 2.650 Waimiri-Atroari (AM); 1.180 Tapayuna (MT); 354 Yanomami (AM/RR); 192 Xetá (PR); 176 Panará (MT); 118 Parakanã (PA); 85 Xavante de Marãiwatsédé (MT); 72 Araweté (PA); e 14 Arara (PA).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

[Baixe aqui o relatório completo.](#)

PEC 215

Nos dias 16 e 17 de dezembro, diversas lideranças indígenas e representantes de movimentos sociais foram impedidos de entrar na Câmara Federal para acompanhar a sessão que poderia aprovar a [PEC 215](#). 6 pessoas chegaram a ser presas.

A PEC 215 é um Projeto de Emenda à Constituição que objetiva transferir do Poder Executivo para o Congresso Nacional a atribuição de oficializar Terras Indígenas, Unidades de Conservação e territórios quilombolas.

Retirando o poder de órgãos como a Funai, Fundação Cultural Palmares e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio),

O movimento indígena entende que a força de parlamentares ligados ao agronegócio pode ameaçar o processo de demarcação das terras indígenas, que sofrem assédio de fazendeiros e extrativistas.

Com informações do [Amazônia Real](#).

<https://www.youtube.com/watch?v=TBiIF2U4TnY>



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

16 Índio Paiter Suruí é o primeiro a se graduar em Direito, em Rondônia
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 17.12.2014

Rubens Naraikoe foi aprovado com nota máxima.

Monografia abordou 'Sistema de Governança Paiter Suruí'.

Ísis Capistrano

Do G1 RO com informações da TV RO



Banca aprovou Rubens com nota máxima (Foto: Reprodução/TV Rondônia)

Rubens Naraikoe Suruí, da etnia Paiter Suruí, é o primeiro índio de Rondônia a se graduar em Direito no estado. O indígena apresentou a monografia com o tema "Sistema de Governança Paiter Suruí", na semana passada, em Porto Velho, e foi aprovado com nota máxima. O fato é inédito para a tribo Suruí.

Para a orientadora de Rubens, Carina Cledes, Rubens trouxe uma nova realidade para os bancos acadêmicos. "Ele trouxe a experiência de um povo próximo de nós, a riqueza da cultura e conciliou com a linguagem jurídica", explica.

O aprendizado marcou história na advocacia rondoniense, segundo professores. Para o professor Marcus Vinícius Rivoiro, o bacharel trouxe com palavras claras a expectativa da etnia Suruí para o futuro, a força para defender as raízes e uma mensagem muito forte para a banca. Para o professor Fernando Torres, o fato representa a vitória pessoal de Rubens e de um povo.

CONT.



Rubens é o primeiro indígena a se formar em Rondônia (Foto: Rose Lopes/ Tv Rondônia)

O mais novo bacharel concorda. “Estou muito feliz, primeiramente em nome do meu povo. Não é só um avanço pra mim, mas para meu povo e estou feliz por isso”, conclui.

Para a orientadora Ivaneide Bandeira, que também fez parte da trajetória de Rubens, a experiência abre portas para outros indígenas. “Tem uma série de emendas parlamentares sendo votadas no congresso, e é importante ter um advogado indígena que tenha esse olhar, e discuta uma legislação indígena vai colocar a lei à luz da Constituição Federal. ele tirou nota 10 na banca. Esse menino é um exemplo”, fala.

Para a namorada Jéssica Oliveira Guarani Kaiowá, que esteve o tempo todo ajudando o indígena, o dia foi de vitória. “Fiquei muito nervosa, mas orgulhosa ao mesmo tempo. Quando um indígena vence, independente da etnia, todos nós ganhamos com isso”, diz. Ao final da apresentação, todos os integrantes da banca receberam colares tradicionais da tribo como uma forma de homenagem.

17 Organizações acabam de pedir à Câmara abertura de processo disciplinar contra Serraglio
SÍTIO CEDEFES, 17.12.2014

Organizações acabam de pedir à Câmara abertura de processo disciplinar contra Serraglio, tendo por base denúncias do MPF

Mobilização nacional contra a
PEC 215



[Instituto Socioambiental – ISA](#)

O Instituto Socioambiental – ISA, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, o Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, o Greenpeace Brasil, o Centro de Trabalho Indigenista – CTI, o Uma Gota no Oceano e diferentes pessoas físicas acabam de protocolar REPRESENTAÇÃO à Presidência da Câmara dos Deputados para a abertura de processo disciplinar contra o Deputado Osmar Serraglio, relator da PEC 215, devido à suspeita de que o substitutivo e o relatório recentemente apresentados teriam sido elaborados por advogado particular para a defesa de interesses privados, conforme escutas telefônicas obtidas mediante autorização judicial em investigação que atualmente tramita no STF”.

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

18 Organizações indígenas, indigenistas, camponesas e religiosas do MS divulgam carta contra a PEC 215
SÍTIO CIMI, 17.12.2014

Fonte da notícia: [Cimi Regional Mato Grosso do Sul](#)

Nota conjunta de repúdio à PEC 215.

O Conselho Indigenista Missionário – Regional Mato Grosso do Sul, junto a seus aliados na defesa da vida, da dignidade humana e dos direitos dos povos indígenas, reunidos por ocasião de sua Assembleia Regional, vem a público repudiar e denunciar as violências cometidas pelo Estado brasileiro contra os Povos Indígenas do Brasil, que tem por objetivo a aprovação da PEC 215.

No apagar das luzes a bancada ruralista tenta a todo custo aprovar o relatório da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição 215, a PEC 215, que transfere a competência para demarcar terra indígena para o Congresso Nacional.

Os povos indígenas do Brasil insurgem-se contra esta proposta legislativa, pois representa retrocesso aos direitos indígenas e anuncia a morte dos povos originários deste país. Fica nítido o atendimento aos interesses do agronegócio que querem a todo custo atropelar não só os direitos dos povos indígenas, mas também de outros direitos sociais da sociedade civil e principalmente o meio ambiente.

Denunciamos a criminalização das lideranças indígenas que foram presas arbitrariamente pela polícia. Lideranças que estão defendendo seus direitos originários e que não aceitam a imposição deste Estado opressor.

Conclamamos a sociedade brasileira a defender os direitos das minorias e a Vida dos povos indígenas.

Assinam este documento:

Conselho Indigenista Missionário – Regional MS – CIMIMS

Grande Conselho Aty Guasu do povo Guarani e Kaiowa

Conselho do Povo Terena

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

Organização dos Professores Indígenas Taunay Ipegue

Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição – CIIC

Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas

Congregação das Missionárias Lauritas

Congregação das Irmãs Franciscanas Aparecida – Regional Centro Oeste I

Conferencia dos Religiosos do Brasil – CRB Regional Oeste I

Frades Menores Capuchinhos – Franciscanos Capuchinhos

Rede Nacional de Advogados Populares – RENAP

Centro de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos Marçal de Souza Tupa-i – CDDH

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST

19 Direitos Indígenas: Territórios e Comunicação
SÍTIO CARTA CAPITAL, 17.12.2014

por [Coletivo Intervenozes](#)

Laycer Tomaz/ Câmara dos Deputados



Índios protestam na frente do Congresso Nacional contra adiamento das demarcações de terras indígenas

Neste terceiro artigo da série sobre Comunicação e Direitos Humanos, o Intervenozes traz à tona, em meio às repercussões da tentativa do Congresso Nacional de votar a PEC 215 e dos protestos contra a proposta, o debate sobre como os indígenas têm buscado exercer o direito à comunicação no país.

Por Thais Brito

A defesa do princípio de que a comunicação é um direito humano implica na luta para garantir que todos e todas tenham não apenas a liberdade de expressão, mas também o acesso aos meios de produção e veiculação de informação e às condições técnicas e materiais para se comunicar. Há, ainda, um longo caminho a percorrer para que o direito humano à comunicação seja apropriado e exercido pelo conjunto da sociedade. Uma sociedade diversa, em que os distintos grupos possuem acesso em graus diferenciados aos meios.

No caso dos povos indígenas, o genocídio e o etnocídio sofridos ao longo da história faz com que o

CONT.



usufruto dos direitos fundamentais seja ainda mais difícil. Sem o direito aos seus territórios, a vida dos povos indígenas fica ameaçada. Então, esse é o primeiro desafio da questão indígena – demarcar os territórios e garantir a autonomia desses povos sobre suas terras.

Nesse cenário, o direito à comunicação é também um direito essencial e colabora na luta por outros direitos. É tendo acesso aos meios de comunicação que a diversidade de povos e culturas indígenas pode se manifestar. É também por esses meios que eles podem compartilhar suas reivindicações e visões de mundo.

Com as novas tecnologias de comunicação e a ampliação do acesso às mídias, os olhares indígenas passam, também, em alguma medida, a produzir sentidos próprios na contemporaneidade. Etnojornalistas e cineastas indígenas realizam filmes, produzem conteúdos na internet, rádio e televisão, comunicando-se com outras sociedades e dando aos dispositivos a função de comunicação dentro de uma aldeia e entre aldeias. Comunicação que também contribui para a memória, ao tempo em que reafirmam o lugar central da oralidade nessas sociedades.

Há experiências com mídias indígenas em diversos lugares pelo mundo. No Canadá, a *Nacional Indigenous Media Association of Canada* reúne estações de rádio e televisão, companhias de telecomunicações e provedores de internet cuja propriedade e controle estão nas mãos de empresas ou indivíduos indígenas.

Na Austrália, há uma rede de comunicação indígena que inclui a *Central Australian Aboriginal Media Association*, *Indigenous Remote Communications Association*, *Australian Indigenous Communications Association*, além da *ABC Australia Indigenous Media*, com conteúdo aborígene na web, e, ainda, duas televisões: a *Imparja* e a *NITV, National Indigenous Television* canal de televisão aberto.

Na América Latina, a *Coordinadora Latinoamericana de Cine y Comunicación de los Pueblos Indígenas* reúne indígenas e não-indígenas numa rede de colaboração e intercâmbio em comunicação e promove capacitação, produção e difusão do cinema e do vídeo indígena.

Há países com experiências mais avançadas como a Argentina, onde a *Ley de Medios*, que regula a mídia no país, a qual prevê concessões de rádio e televisão para comunidades indígenas. Como consequência da lei, desde 2012 é transmitido o canal mapuche *Wall Kintun TV*. Já na Bolívia, a *Agencia Plurinacional de Comunicación* é um mecanismo de interconexão entre os meios indígenas. Ela coordena as ações e intercambio de conteúdos.

No caso do Brasil, diferente dos outros países, não há nenhuma concessão de canais de comunicação, rádio ou televisão para comunidades indígenas. Nem mesmo um programa com essa temática específica,

CONT.



apesar da vasta e reconhecida produção de conteúdos de autoria indígena.

A comunicação desses povos é um processo realizado, geralmente, em parceria com pessoas e organizações mediadoras, bem como com alguma colaboração do Estado, principalmente no que se refere à infraestrutura, como acesso aos serviços de internet e formação de núcleos de produção audiovisual.

Uma das experiências mais significativas no país é o [Vídeo nas Aldeias](#), projeto precursor na área de produção audiovisual indígena que tem como objetivo apoiar as lutas desses povos para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, por meio de recursos audiovisuais e de uma produção compartilhada.

Na apresentação do livro sobre os 25 anos do Vídeo nas Aldeias, o indigenista e idealizador do projeto, Vincent Carelli, afirma que é “sonhar alto” pensar em ter, a médio prazo, uma rede nacional de cineastas indígenas alimentando seu espaço próprio na TV pública brasileira. Carelli defende a concretização de um veículo de comunicação indígena, vindo de um aprendizado coletivo e colaborativo entre índios e não-índios.

Enquanto isso não se concretiza, a produção de comunicação pelos povos indígenas gera uma diversidade de conteúdos que não tem espaço na comunicação brasileira.

Sem ouvir a voz dos indígenas, torna-se ainda mais difícil garantir o direito ao território e tomar conhecimento de projetos como a Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC 215) que transfere a prerrogativa de homologar Terras Indígenas (TIs), Unidades de Conservação (UCs) e territórios quilombolas para o Poder Legislativo. Torna-se ainda mais difícil trazer à tona o fato de seis índios terem sido presos, supostamente em flagrante, após protesto contra essa proposta que, na prática, representaria a paralisação de todos os processos de criação dos territórios indígenas.

Para que isso ocorra, é preciso que a sociedade brasileira reconheça a importância da diversidade de povos que a constitui e lute para que todos eles não apenas estejam representados como tenham espaço nos meios de comunicação.

** Thais Brito é jornalista, doutoranda em Antropologia e integrante do Intervozes.*



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

20 Cancelada votação da PEC 215
SÍTIO CEDEFES, 18.12.2014

CANCELADA VOTAÇÃO DA PEC DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS - Como o parecer não foi votado pela comissão especial, a proposta será arquivada.

CANCELADA VOTAÇÃO DA PEC DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS - Como o parecer não foi votado pela comissão especial, a proposta será arquivada.

O presidente da comissão especial da PEC 215/00, deputado Afonso Florence (PT-BA), comunicou, em Plenário, que foi cancelada a votação do relatório do deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC), favorável à PEC.

A Proposta de Emenda à Constituição 215/00 submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara, como o parecer não foi votado pela comissão especial, a PEC será arquivada.

Fonte: Gleice Antonia de Oliveira



21 Povos tradicionais e governo debatem ações para 2015

SÍTIO PORTAL BRASIL, 18.12.2014

Diálogo e construção da metodologia de trabalho entre sociedade civil e governo federal foi destaque em 2014

por Portal Brasil

A Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais debateu, nessa quarta-feira (17), os resultados do II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e os temas das próximas reuniões, em 2015. A reunião foi sobretudo um momento de agradecimento e reconhecimento mútuo pelo trabalho realizado ao longo de 2014.

“Saímos desse processo mais fortalecidos e confiantes um no outro”, defendeu Cláudia de Pinho, da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras. Segundo ela, o processo de diálogo e construção da metodologia de trabalho entre sociedade civil e governo federal foi muito importante. Todos os presentes concordaram e desejaram que em 2015 o trabalho siga em frente, com o avanço das demandas e pautas colocadas durante o II Encontro.

Para o início do próximo ano, será instaurado o Grupo de Trabalho (GT) de Transição, ainda com os 30 integrantes a serem confirmados. Kátia Favilla, do MDS, que atua na área há sete anos, destacou a presença dos jovens nos encontros regionais e no nacional. “É a certeza da continuidade”, disse ela.

Mestrado

Na reunião, foi destacado o Curso de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT), oferecido pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília (UnB).

O curso terá 30 vagas, sendo 15 para indígenas e quilombolas. O primeiro curso, concluído em 2013, formou 23 mestres (incluindo representantes de 13 povos indígenas).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

As inscrições estão abertas até o dia 16 de fevereiro. [Confira o edital.](#)

Participaram da reunião o presidente da CNPCT, Marcelo Cardona, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o secretário-executivo, Paulo Guilherme Cabral, do Ministério do Meio Ambiente, e suas equipes, além do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Saúde, e de representantes dos ciganos, pantaneiros, retireiros do Araguaia e raizeiras.

Fonte:

[Ministério do Meio Ambiente](#)

22 Empresa vai pagar R\$ 10 milhões por danos ambientais no Rio Araguari
SÍTIO JORNAL DO DIA, 18.12.2014



Por: **Da Redação**

Em audiência realizada na Promotoria de Justiça de Ferreira Gomes, para tratar dos impactos ambientais decorrentes da construção de hidrelétrica no Rio Araguari, ficou definido que a empresa responsável pela obra, a Ferreira Gomes Energia, assinará um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) contemplando o pagamento de indenização por danos ambientais, morais, multa civil e transação penal no valor de até R\$10 milhões.

Participaram da audiência os representantes das seguintes organizações: Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP), empresa Ferreira Gomes Energia, Associação dos Atingidos por Barragem UHE Ferreira Gomes, Colônia de Pescadores de Ferreira Gomes, Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ferreira Gomes, Câmara de Vereadores, além de moradores da região.

Diante do Laudo Técnico apresentado pelo IMAP, que conclui pela responsabilização da empresa Ferreira Gomes Energia pelo dano ambiental no Rio Araguari, ocasionando a mortandade de peixes, a própria empresa propôs a elaboração de um TAC, cuja indenização será efetivada mediante a aquisição de equipamentos e construção de obras importantes para a comunidade.

Por sugestão dos presentes na audiência, ficou designando que o TAC contemplará a construção de: 1 (um) mercado de peixe na Colônia dos Pescadores do município afetado, uma fábrica de gelo para uso dos

CONT.



pescadores, pagamento de auxílio pecuniário no valor de 1 (um) salário mínimo vigente à data de pagamento aos pescadores habilitados do seguro defeso, durante 04 (quatro) meses e uma Unidade de Pronto Atendimento Hospitalar de média complexidade, estruturada com espaço físico e equipamentos novos.

Foi proposto ainda, que a empresa instale um Sistema de Monitoramento Eletrônico 24h na cidade, construa um trapiche próximo ao mercado de peixe e uma escola na comunidade quilombola para 50 crianças, estruture a orla da cidade com projeto paisagístico e muro de arrimo, além de reforma, ampliação e adaptação da delegacia de polícia, além da aquisição de uma viatura.

Ao todo, foram listadas 15 propostas, cuja aquisição e construção das obras estarão subordinadas a apresentação de orçamentos e estimativas de gastos até o limite do valor do TAC. As licenças ambientais e de construção serão de responsabilidade dos respectivos órgãos públicos, os quais assinarão o TAC, que deverá conter, inclusive, o auto de infração lavrado pelo IMAP sobre o mesmo fato.

O TAC também contemplará a obrigação da empresa para cumprir as diretrizes estabelecidas no laudo técnico a fim de evitar nova mortandade de peixes no Rio Araguari.

Serviço: a assinatura do TAC será na próxima quinta-feira (18), às 9:30h, na sede da Promotoria de Justiça de Ferreira Gomes.

23 Carta de apoio dos povos da Terra Indígena Manoá- Pium contra a PEC 215
SÍTIO CIMI, 18.12.2014

Inserido por: Administrador

Fonte da notícia: [Povos da Terra Indígena Manoá- Pium \(RR\)](#)



Nós, lideranças indígenas das sete comunidades da Terra Indígena Manoá-Pium, Manoá, Pium, Cumaru, Cachoeirinha do Sapo, Alto Arraia, São João e Novo Paraíso, região da Serra da Lua, pertencentes aos povos Wapichana e Macuxi reunidos na Oficina de Pactuação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental(PGTA), atividade iniciada ontem, 16, na comunidade indígena Pium, manifestamos e somamos apoio aos demais povos indígenas do Brasil, assim como todos os povos de Roraima que hoje, 17, se reúnem na comunidade indígena Sabiá, Terra Indígena São Marcos em grande mobilização local com mais de 800 indígenas, reforçando a Mobilização Nacional Indígena contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215). Proposta absurda da bancada ruralista e seus aliados, que querem violar os nossos direitos constitucionais.

Sabemos que a PEC 215-2000 é inconstitucional por ferir os nossos direitos indígenas garantidos como cláusulas pétreas na Constituição Federal, colocando em risco a nossa cultura e nossa vida, ao propor que se transfira para o Congresso Nacional a competência de demarcar terras indígenas, além de outras inconstitucionalidades incluídas na nova proposta da PEC buscando afetar não só as terras indígenas, mas também os territórios quilombolas e unidades de conservação. Por isso, pedimos apoio à Presidente da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

República Dilma Rousseff, Congresso Nacional, Autoridades e a Sociedade Brasileira pela **REJEIÇÃO DA PEC 215**.

Enquanto isso, estamos aqui, lideranças, mulheres, jovens e crianças construindo o plano de gestão e territorial da nossa terra indígena a ser executado a longo prazo, ou seja, a visão de futuro dos povos indígenas. No entanto, precisamos que o Estado brasileiro, garanta os nossos direitos territoriais para que a futura geração também possa usufruir desse direito conquistado há mais de 25 anos e não aceite de forma alguma, a proposta absurda dos deputados ruralistas, do agronegócio que querem, novamente, exterminar a diversidade cultural desse país, marcada por todos nós, povos indígenas do Brasil.

E assim, deixamos a nossa mensagem para o Brasil e para o Mundo, que somos **CONTRA A PEC 215**.

A luta continua...

Terra Indígena Manoá- Pium, 17 de dezembro de 2014



24 Índios Guajajaras permanecem ocupando BR-316 em Bom Jardim
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 18.12.2014

*Guajajaras dizem que vão continuar na rodovia por tempo indeterminado.
Índios são contra a votação da PEC 2015.*

Do G1 MA com informações da TV Mirante

<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/12/indios-guajajaras-permanecem-ocupando-br-316-em-bom-jardim.html>

Índios Guajajaras permanecem ocupando a BR-316 na Região do Vale do Pindaré, no Maranhão. A nova interdição foi iniciada na tarde dessa quarta-feira (17) e durou toda a noite. Os Guajajara dizem que vão continuar na rodovia por tempo indeterminado.

A manifestação faz parte de uma mobilização nacional dos índios para evitar mudanças nas leis regulamentam a demarcação e a mineração em terras indígenas.

Os Guajajaras querem barrar a votação da PEC 215. A proposta de emenda à Constituição é de autoria do deputado Almir Sá (PRB-RR), e atribui ao Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas, estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. Em todo o país, o movimento indígena é contrário à proposta, que diminui o poder da Fundação Nacional do Índio (Funai) sobre as demarcações.

O prazo para que a PEC seja votada é até o dia 22. A partir dessa data todos os projetos que estavam em pauta e não foram votados serão arquivados. Foram montadas barricadas para interditar a BR-316 em dois pontos. A Polícia Rodoviária montou uma barreira há uns dois quilômetros do bloqueio.

25 ALUNOS INDÍGENAS E NÃO-INDÍGENAS REFLORESTAM A BACIA ARAGUAIA-TOCANTINS EM ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PROJETO INTERAGIR
SÍTIO LOCAL.PT, 18.12.2014



POR GERSON INGRÊS

SANTA TEREZINHA – Diversos alunos da “Escola Municipal de Ensino Fundamental São João” localizada no Projeto de assentamento Presidente e da “Escola Estadual Indígena Tapirapé” da aldeia Măjtyri, localizada na Terra Indígena Tapirapé/Karajá participaram das atividades de plantio de mata ciliar nos afluentes da bacia Araguaia- Tocantins, no município de Santa Terezinha.

Ambas escolas trabalharam juntas e plantaram quatro mil mudas (duas mil na Terra Indígena Tapirapé/Karajá e duas mil no Projeto de Assentamento Presidente). As mudas nativas foram plantadas em uma área total de quatro hectares. A iniciativa faz parte das atividades de educação ambiental previstas no projeto Interagir, que é patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental.

O diretor da escola municipal, Paulo Henrique Silva, considerou esta uma atividade muito importante. “É um trabalho de formiguinha, que vai dar resultado lá na frente”, ele afirmou. O Projeto Interagir tem como objetivo unir indígenas e não indígenas para recuperar áreas degradadas. São diversas iniciativas no município de Santa Terezinha.



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

26 Com o grito de guerra “Fora PEC 215”, povos indígenas de Roraima continuam em manifestação na Terra Indígena São Marcos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.12.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Conselho Indígena de Roraima

Em dois pontos de manifestação na BR 174, na comunidade indígena Sabiá e Centro Makunaima, na Terra Indígena São Marcos, sentido município de Pacaraima, trecho de acesso a Venezuela, desde ontem, 17, cerca de mil indígenas de várias regiões do Estado participam da manifestação contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215/2000), proposta que busca violar os direitos dos povos indígenas.

A PEC 215 está em processo de votação no Congresso Nacional, e a bancada ruralista tem promovido diversas ações de truculência para aprovar esta proposta ainda nesta legislatura, atropelando o regimento interno e promovendo inclusive a prisão arbitrária de lideranças indígenas. Os povos indígenas de todas as regiões do estado decidiram continuar a mobilização até que o Congresso Nacional desista de mais esta afronta aos direitos indígenas.

Boa Vista, 18 de dezembro de 2014.





27 Funai continua negando o reconhecimento étnico do povo Guarasugwe
SÍTIO CIMI, 18.12.2014

Fonte da notícia: [Laura Vicuña -Cimi Regional Rondônia](#)

Passa mais um ano e a Funai continua negando o direito que o povo Guarasugwe tem de ser reconhecido etnicamente pelo Estado brasileiro. A morosidade em fazer a documentação das pessoas ocasiona série de problemas para este povo, que não possuem acesso à saúde e educação. A falta de documentação inviabiliza que crianças possam estudar e idosos sejam atendidos.

A história vivida por este povo continua presente na memória dos mesmos e dos antigos moradores de Pimenteiras, onde afirmam que Riozinho antigamente era o território dos indígenas, que compreendia o rio Riozinho e o rio Santa Cruz. No final da década de 60 e ainda na década de 70, com a desapropriação dos seringais, os Guarasugwe são obrigados a deixar Riozinho, que passa a ser propriedade de fazendeiros e nos dias atuais, terra do agronegócio.

Na década 70, com o avanço das frentes de colonização em curso, em pleno governo militar, com a extensão da pecuária e a grilagem da terra, os Guarasugwe foram expulsos de Riozinho, ficando assim sem o seu território tradicional. Após a morte da grande liderança do povo, Capitão Miguel, seus filhos se dispersam e passaram a viver em Pimenteiras, no Brasil e Bella Vista, na Bolívia, no espaço geográfico onde se encontra o território tradicional do povo Guarasugwe.

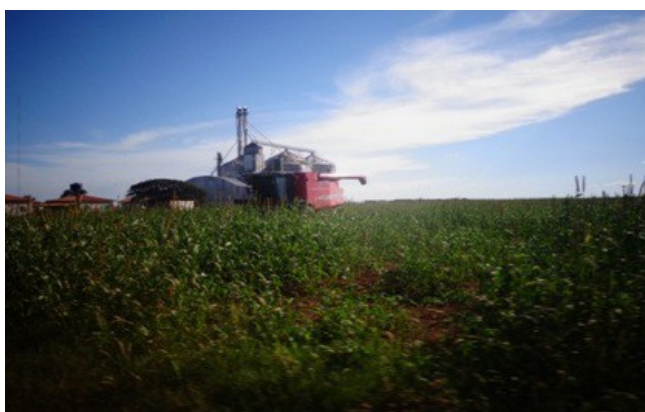
No ano de 2012, foi encaminhado à Funai e ao Ministério Público Federal, documentos solicitando o reconhecimento étnico e territorial deste povo. Em 2013, depois de muitas cobranças, a Funai por recomendação do procurador, Henrique Felber do MPF de Ji-Paraná, emite a documentação do José Frei Leite Guarasugwe e se compromete no ano de 2014 a emitir a documentação dos demais. Infelizmente terminamos mais um ano e este direito é negado ao povo. A morosidade e a paralisação da constituição de grupos de trabalho prejudica a todos os povos indígenas do Brasil, gerando uma onda de violência e constante ameaças aos direitos garantidos constitucionalmente.

No 2º Encontro do Povo Guarasugwe, que ocorreu nos dias 12 e 13 de novembro, na casa do José Frei Guarasugwe, patriarca do povo, participaram aproximadamente 30 pessoas, representantes das famílias que vivem nos municípios de Pimenteira, Costa Marques, Vilhena (RO) e Bella Vista/Bolívia, representantes do povo Mamaindê do Mato Grosso e Wajoro (RO), marcando presença a antropóloga Rebeca, Ministério

CONT.

Publico Federal e do Conselho Indigenista Missionário. O encontro teve como objetivo fortalecer a luta do povo pelo reconhecimento étnico e territorial.

No primeiro momento do encontro, foi feita a visita ao território tradicional do povo Guarasugwe, com a presença do MPF, Cimi e representantes do povo. Hoje o território tradicional do povo se encontra nas mãos de grandes fazendeiros e plantadores de soja. O local sagrado para o povo, onde antigamente havia a grande maloca, se encontra bem no centro, um grande armazém de grãos e a área totalmente desmatada, dando lugar ao avanço do agronegócio.



Sede da Fazenda de Roberto Caldas – antigo território Guarasugwe, local da antiga maloca – Cimi/RO

O José Guarasugwe e seus filhos relatam com emoção o período que podiam usufruir das riquezas do território. Espaço de onde tiravam o sustento diário, com a grande quantidade de caça, peixes e outras riquezas naturais, que era fonte de vida e garantia da sobrevivência.

A antropóloga Rebeca realizou o levantamento do parentesco, a partir do José Frei e Ernestina Guarasugwe e assim, o MPF cobrará da Funai maior agilidade na documentação do povo, pois segundo os relatos dos mesmos, crianças estão sendo impedidas de frequentar a escola, ou mesmo perder o ano letivo, por falta de documentação, bem como, acessar tratamento de saúde, como é o caso de mulheres grávidas, que necessitam do acompanhamento pré natal e casos que exigem acompanhamento médico e intervenções cirúrgicas.

Os representantes das famílias de Costa Marques, relataram que a Funai de Ji-Paraná (RO), foi até o município e realizou o cadastramento das famílias, porém até o presente momento, não receberam nenhuma declaração que comprovem pertença ao povo Guarasugwe. A Funai prometeu que no ano de 2014 regularizaria a documentação do povo. No momento tal promessa, não se concretizou e povo está sofrendo com tal morosidade.

Laura Vicuña -Cimi Regional Rondônia



Boletim de Notícias - Edição nº 226/ 2014

Brasília, 18 de dezembro de 2014.

28 Tupinambá – O Retorno da Terra
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.12.2014

Por CombateRacismoAmbiental

<http://racismoambiental.net.br/2014/12/tupinamba-o-retorno-da-terra/>

Um projeto de Cinema e Vídeo

por Daniela Fernandes Alarcon, [Catarse](#)

Propomos a realização de um **documentário de curta-metragem sobre a luta do povo indígena Tupinambá**, que habita o sul da Bahia (Brasil), para a recuperação do território que tradicionalmente ocupa. Os indígenas aguardam há dez anos a conclusão do processo de demarcação de sua terra e vêm tendo seus direitos sistematicamente violados, tanto pelo Estado brasileiro, como por indivíduos e grupos contrários à regularização de seu território.

Só o cacique Babau (Rosivaldo Ferreira da Silva), da aldeia Serra do Padeiro, já foi encarcerado três vezes, no marco de um agudo processo de criminalização de lideranças; desde 2010, ele é assistido por um programa de proteção de defensores de direitos humanos, em razão de ameaças de morte.

Reunindo depoimentos de indígenas e sequências gravadas em maio de 2014 na aldeia Serra do Padeiro, no interior da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, assim como imagens de arquivo, o documentário focalizará a disputa fundiária em curso, recuperando elementos da história de expropriação e resistência dos Tupinambá, que se entrelaça ao avanço da fronteira agrícola, a partir do final do século 19, e à ascensão dos coronéis de cacau.

Com o filme, pretendemos dar visibilidade ao conflito e contribuir para pressionar o Estado brasileiro para que conclua, com urgência, o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, garantindo os direitos de índios e não índios. Vamos inscrevê-lo em festivais e enviá-lo para canais de televisão, além de deixá-lo disponível na internet. [Saiba mais.](#)